

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO n.º DE 2010.
(Do Senhor Jorge Tadeu Mudalen)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Defesa, no âmbito da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, acerca de tarifas aéreas extraordinárias cobradas pela empresa aérea TAM, denominadas “*tarifa conforto*”.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado pedido de informações à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC por intermédio do Senhor Ministro da Defesa, nos seguintes termos:

1. A ANAC tem conhecimento das tarifas extraordinárias abusivas que as companhias aéreas regionais vêm praticando, notadamente a empresa TAM, cobrando um adicional tarifário para os passageiros que são alocados nas fileiras localizadas na saída de emergência, denominada “*tarifa conforto*”?
2. Quais os mecanismos que a ANAC possui para combater tal abuso?

JUSTIFICATIVA

As empresas aéreas regionais, notadamente a TAM, vem realizando uma prática comercial abusiva e ilegal, cobrando de seus passageiros que se sentam nas fileiras localizadas nas saídas de emergência e na primeira fileira, que têm um pouco mais de espaço, uma taxa extraordinária denominada “*tarifa conforto*”.

Ocorre que esse aparente maior espaço é contraposto pela ausência de reclinamento da poltrona, nas saídas de emergência. Porém, qual é o critério para colocar alguns passageiros nas poltronas reclináveis e outros não, haja vista que todos estão pagando a mesma coisa, pois o contrato de transporte aéreo, entabulado no momento da compra do bilhete é contrato-fim; ou seja, paga-se para ser transportado de uma cidade a outra.

No caminho contrário ao que vêm praticando essas empresas, tem-se notícia de que o Ministério Público Federal em Santa Catarina ingressou com ação civil pública para que as empresas sejam obrigadas a informar aos passageiros, quando da aquisição de bilhetes sobre limitações nas poltronas de suas aeronaves. A ação quer que as empresas reduzam, em, no mínimo, 15% as tarifas quando as poltronas apresentarem qualquer tipo de limitação em relação aos demais assentos.

Qualquer tarifa cobrada adicionalmente por conta de 10 ou 20 centímetros a mais é abusiva e ilegal, principalmente pelo fato de que, é consabido, que as empresas aéreas vêm diminuindo o espaço existente entre todas as poltronas aumentando a quantidade de poltronas com o único intuito de aumentar seus lucros. Percebe-se, portanto que as tarifas praticadas por essas companhias são consideradas abusivas pela quase totalidade dos usuários desses vôos.

Precisamos urgentemente discutir este problema para que dessa forma o nosso povo não seja penalizado por tarifas abusivas praticadas por empresas extremamente preocupadas com o lucro. Para conhecer melhor essa realidade é que as informações acima solicitadas são de fundamental importância neste momento.

Sala das Comissões, de junho de 2010.

JORGE TADEU MUDALEN
Deputado Federal